

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATA
 - 1.1 – 25ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 2 – REQUERIMENTOS APROVADOS
- 3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 4 – ERRATAS



ATA

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/4/2021

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Mensagem nº 124/2021 (encaminhando a prestação de contas referentes às ações executadas pela Administração Pública em relação ao exercício fiscal de 2020), do governador do Estado – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 2.596/2021; Requerimento nº 7.649/2021 – Comunicações: Comunicação do deputado Cássio Soares – Oradores Inscritos: Discursos do deputado Professor Cleiton, das deputadas Leninha e Beatriz Cerqueira; Questão de Ordem; Homenagem Póstuma; discursos dos deputados Zé Reis e Arlen Santiago e da deputada Ana Paula Siqueira – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Votação de Requerimentos: Requerimento nº 1.045/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimento nº 1.855/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimentos nºs 1.934, 2.951 e 3.857/2019; aprovação – Requerimento nº 6.296/2020; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimentos nºs 6.383 e 7.188/2020 e 7.261/2021; aprovação – Requerimento nº 7.269/2021; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Requerimentos nºs 7.337 e 7.371/2021; aprovação – Declarações de Voto – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h7min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– A deputada Leninha, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Dalmo Ribeiro Silva, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

MENSAGEM Nº 124/2021

Belo Horizonte, 31 de março de 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Vossas Excelências – Senhoras e Senhores Deputados

Com meus cordiais cumprimentos, e nos termos do inciso XII do art. 90 da Constituição do Estado, encaminho a Vossas Excelências, para apreciação dessa egrégia Assembleia e para conhecimento do Povo Mineiro a prestação de contas referente às ações executadas pela Administração Pública em relação ao exercício fiscal de 2020.

Esta mensagem segue acompanhada, por meio digital, de documentação do Relatório sobre Orçamentos e Atuação Governamental e Balanços e Demonstrativos Contábeis do Estado, correspondentes ao exercício fiscal de 2020.

Os dados que constam do Relatório e dos Balanços e Demonstrativos comprovam a continuidade da grave crise fiscal do Estado e as repercussões da pandemia de COVID-19 na situação humanitária e socioeconômica de Minas Gerais.

Planejamento e transparência são, dentre outros, pressupostos para se promover a responsabilidade na gestão fiscal. Porém, a ocorrência de situações absolutamente imprevisíveis pode afetar, de modo substancial, a execução do orçamento planejado. Em 2020, a pandemia de COVID-19 impossibilitou drasticamente a execução orçamentária, tal como planejada. A pandemia desencadeou efeitos globais, complexos, transversais e de longa perspectiva de superação. Esse contexto passou a exigir senso de urgência, presteza e coordenação de gestão por todas as instituições e autoridades federais, estaduais, distritais e municipais em defesa da vida, da saúde e da subsistência socioeconômica de grande parte da sociedade brasileira.

Em todos os países, a população socioeconômica mais vulnerável tem sido fortemente impactada, com alta perda de emprego e renda. A pandemia acentuou e ampliou as desigualdades socioeconômicas e desestruturou o funcionamento de segmentos sensíveis dos setores público e privado.

A normalidade institucional e a recomposição das dinâmicas sociais e econômicas vivenciadas antes da pandemia só ocorrerão no longo prazo. Nos cenários otimistas, a universalização da política pública de vacinação da população é o caminho para o recomeço seguro e respaldado na saúde e bem-estar dos mineiros.

Esse recomeço requer sinergia e corresponsabilidade entre todas as instituições do Estado, da sociedade civil e da iniciativa privada. A efetividade das políticas públicas dependerá do reequilíbrio fiscal do Estado. Logo, o acesso e a melhoria da qualidade dos serviços públicos só serão factíveis se houver alinhamento e firmeza de propósitos entre todos nós.

Com a sensibilidade e colaboração do Parlamento Mineiro vamos construir e fortalecer caminhos que possam nos conduzir a um Estado com equilíbrio orçamentário e fiscal e com mais oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Na oportunidade, reitero meu apreço e consideração a Vossas Excelências – Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados – e ao Povo Mineiro.

Romeu Zema Neto, governador do Estado.

– Os anexos da mensagem serão publicados oportunamente.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.596/2021

Dispõe sobre a suspensão da cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA –, incidente sobre os veículos de propriedade das pessoas jurídicas enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a suspender a cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA –, incidente sobre os veículos de propriedade das pessoas jurídicas, e de seus respectivos sócios, de bares, restaurantes, *foodtruck's*, lanchonetes e similares, em todo o território de Minas Gerais, em consonância com a Lei nº 23.628, do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19.

Sala das Reuniões, 5 de abril de 2021.

Celinho Sintrocel (PCdoB)

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Betão. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.602/2020, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

REQUERIMENTO Nº 7.649/2021

Do deputado Professor Cleiton em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, ao secretário de Estado de Saúde e ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a notícia veiculada na mídia de que estão ocorrendo descontos, sem prévio aviso, na remuneração dos servidores da área da saúde, inclusive decorrentes de faltas ocasionadas por contágio pela covid-19. (– À Mesa da Assembleia.)

Comunicações

– É também encaminhada à presidência comunicação do deputado Cássio Soares.

Oradores Inscritos

O presidente – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Professor Cleiton. Seja bem-vindo, Professor.

O deputado Professor Cleiton – Muito obrigado, presidente, a quem quero saudar e agradecer pelo carinho e pelas orações. E, na sua pessoa, quero agradecer também todos os deputados e as deputadas que, nesse momento difícil pelo qual passei, estiveram presentes, de certa forma, na minha vida. E é uma grande alegria poder retornar aqui, nesta tarde. Também quero saudar todos os servidores da Casa, que nesse tempo têm lutado, batalhado para que este Legislativo mineiro, nesses tempos difíceis, possa dar continuidade aos seus trabalhos. Quero saudar também todo o público que nos assiste neste momento.

Mas, de certa forma, quero pedir a Deus que console todas as famílias que perderam, de ontem para hoje, seus entes queridos. Amanhecemos com a notícia de que o nosso estado bateu recorde do número de mortos, foram 508 de ontem para hoje. Tenho certeza de que todos os deputados e deputadas desta Casa têm sofrido, nesses dias, com a falta de leitos, com a falta de UTIs. Acabei de receber, presidente, deputados e deputadas – estou vendo aqui a minha presidenta da Comissão de Educação, deputada Beatriz Cerqueira; o meu grande amigo deputado Doutor Jean Freire; o deputado Zé Reis. Os que estão aparecendo na tela para mim: Professor Irineu, grande amigo; Celinho do Sintrocet; meu companheiro de partido Bernardo Mucida; deputado Dalmo Ribeiro, tenho certeza de que todos aqui têm se angustiado nesses dias. Agora há pouco, de Três Corações, deputado Dalmo Ribeiro, fui comunicado de que o Hospital São Sebastião está sem o kit Covid, que alguns chamam também de kit entubação. É o verdadeiro kit Covid, que é o kit entubação. E o desespero, porque o hospital tem o recurso para comprar, mas não está encontrando. Não está encontrando fornecedor. Então, vejam a que situação chegamos, fora os pedidos de internação, de transferência que nós temos recebido, e, muitas vezes, sem obter sucesso, as pessoas estão padecendo por falta de atendimento.

Agora isso nos leva a uma reflexão, isso nos leva até a uma série de contestações, porque, durante muito tempo, se gritou em prosa e verso, aqui, que Minas Gerais era um exemplo de combate a essa pandemia, quando nós sabíamos que não era, que a realidade era muito diferente do discurso. Inclusive a nossa CPI, a CPI dos Fura-filas tem também uma missão hercúlea, uma missão complicada, uma missão difícil, Doutor Jean Freire, que é mostrar para a população por que, dos 27 estados da Federação, Minas Gerais foi aquele que menos colocou recursos na saúde. E agora nós estamos pagando por essa opção, que é uma opção política. Trata-se de uma opção política. Não colocar recursos na saúde pública, num momento de pandemia, sermos o último Estado da Federação... Quando nós falamos de Minas Gerais, estamos falando de um Estado que tem dimensão de países. O mesmo número de municípios que a França tem. Praticamente o nosso território assemelha-se ao território da Espanha e de outros países. Além, claro, da diversidade regional que nós temos. A CPI tem então essa função de saber aonde esses recursos foram parar, porque os recursos vieram.

Aí, quando a gente fala de opção política, queria comentar aqui dois requerimentos apresentados por mim, no dia de ontem, que com certeza serão aprovados e votados, aqui, por este Plenário, Sr. Presidente. Desses requerimentos, o primeiro atesta exatamente uma série de reclamações que vêm dos nossos servidores da saúde. Servidores esses que estão esgotados, servidores esses que estão no seu limite, servidores esses que precisavam ser valores como nunca. Aí estamos falando dos médicos, dos enfermeiros, dos fisioterapeutas, dos técnicos de enfermagem, das pessoas que cuidam da limpeza dos hospitais, daqueles que nos atendem quando nós chegamos às portas do hospital, daqueles que estão também na área administrativa.

Doutor Jean Freire, o senhor, que é um exemplo não só de parlamentar, mas também de médico, tem acompanhado – como nós partilhávamos naquele dia – a dor das famílias e também a dor dos profissionais de saúde, que o tempo todo têm que lidar com as perdas, o tempo todo têm que lidar com a morte que bate à nossa porta. Essas pessoas estão esgotadas.

Deputada Beatriz Cerqueira, as denúncias que nós recebemos, que vieram da Fhemig, principalmente do Hospital João XXIII, em Belo Horizonte... Quando eu fiz a postagem, eu recebi, deputado Professor Irineu, mensagem de todas as partes do Estado, dizendo: “Professor, isso aconteceu comigo. Professor, o meu contracheque, o meu salário veio a menos”. Deputado Bernardo

Mucida, eles estão tendo descontos em seus salários, pois alguns inclusive se ausentaram porque foram diagnosticados com Covid e tiveram os seus salários descontados, deputado Zé Reis. Pasmem, deputados e deputadas, isso num momento em que esses homens e essas mulheres deveriam receber bônus, deveriam receber, deputada Leninha, uma gratificação, deveriam receber um aporte financeiro para suportar este momento de pandemia, este momento de lidar com a morte, pois estão à frente do combate contra essa terrível doença.

Diga-se de passagem que, quando nós discutíamos isso no início desta pandemia, nós falávamos de pessoas com comorbidades e de pessoas idosas, mas essa doença, por conta dessas novas cepas – e já são 94 novas cepas no Brasil, chamo atenção para isso – não está escolhendo mais idade. Estão morrendo jovens, estão padecendo até algumas crianças. E, neste momento, em que nós precisamos valorizar os profissionais da saúde, estes nos procuram para dizer que estão tendo descontos substanciais que comprometem o salário deles, que já não é lá grandes coisas, principalmente no salário daqueles técnicos de enfermagem, daquelas pessoas que cuidam da limpeza. A gente sabe que limpeza num hospital, na área da saúde é algo essencial, é algo fundamental.

Eu quero inclusive aqui homenageá-los, pois quem passou por essa terrível doença sabe disso. Eu jamais imaginei que eu voltaria a ser criança, como voltei a ser nos dias em que eu estive no hospital, necessitando, como nunca, desses profissionais, que me deram banho, que colocaram comida na minha boca, que estiveram ali, ao meu lado o tempo todo, para que eu tivesse essa segunda chance que a vida me deu. Então, rendo a eles a minha homenagem neste momento. Quero dizer que nós vamos lutar para que vocês possam ter aquilo que lhes é devido por parte deste estado, para que lhes seja devolvido o mais rápido possível. É inimaginável, neste tempo, um profissional da saúde ver um desconto em seu salário porque ele teve que se ausentar por ter sido acometido justamente por esse vírus tão terrível que assola o mundo nos dias de hoje.

O outro requerimento faz também uma contestação a algo que está acontecendo também. Eu disse, no meu último pronunciamento, deputados e deputadas, que eu quero chegar aqui um dia, no Plenário desta Assembleia, e fazer um elogio a este governo. Mas, infelizmente, nestes tempos, nós precisamos fazer as críticas, que são pontuais, que são construtivas. Eu queria fazer uma pergunta aqui que nos provoca um debate, que nos provoca algo para pensarmos. Alguém consegue pontuar aqui, para este deputado, nestes quase dois anos e meio de governo Zema, algo que tenha impactado a vida dos mais pobres do nosso estado, algo que venha fazer uma diferença, em termos de justiça social, na parte social? Infelizmente eu fiz um retrospecto da minha memória para tentar encontrar algo e não consegui.

A questão de justiça social não existe, inexistente no discurso deste governo. E por que eu trago essa discussão? Porque, se existe um serviço que historicamente presta justiça social ao Estado de Minas Gerais, sobretudo – repito – nesses tempos em que nós precisamos de políticas públicas que impactem a sociedade, é a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais, a Cohab. Mas nós estamos recebendo, deputados e deputadas, uma série de reclamações, que estão vindo dos prefeitos, de contratos que foram firmados, de contratos que foram assinados, de parcerias que foram constituídas para a distribuição de casas populares ou de apartamentos populares e que, simplesmente, neste ano, esses contratos firmados entre prefeituras, Caixa Econômica Federal e Cohab estão sendo cancelados. São famílias que poderiam, nesses tempos, adquirir sua casa própria com prestações baixíssimas, o que ajudaria na renda, ajudaria também a saírem do aluguel. Mas vejam só o que esses prefeitos têm recebido.

Vou ler para os senhores e as senhoras aqui uma correspondência que chegou para a cidade de Itambacuri, pertinho de Montes Claros, cidade onde o meu grande amigo Doutor Jean Freire tem atuação. Chegou para mim esta correspondência aqui, que diz assim: (– Lê:) “Sr. Prefeito, como é de seu conhecimento, desde maio de 2017, a Cohab Minas, em parceria com o município e com a Caixa Econômica Federal, vem envidando esforços para a implantação do empreendimento” – e traz o nome do empreendimento aqui –, “cujo objetivo era construir quatro blocos de prédios que abrigariam 64 apartamentos”.

Abro um parêntese para dizer que 64 famílias foram ludibriadas, estão sendo enganadas neste momento. Não por culpa da prefeitura; muito pelo contrário: por culpa de um contrato que não está sendo mantido pela Companhia de Habitação de Minas Gerais.

Nós sabemos, desde quando este governo assumiu, que se tem a ideia de implodir a Cohab, que se tem a ideia de acabar com ela. Parece que agora isso caminha a passos largos para acontecer. Essas 64 famílias receberam, então, essa correspondência.

“O aludido empreendimento tornou-se inviável devido ao fato de os prazos terem estourado o cronograma planejado, ficando a gestão da Cohab impossibilitada de dar continuidade à construção desse empreendimento. Portanto venho informar” – diz o presidente da Cohab, Sr. Bruno Oliveira Alencar – “que, infelizmente, devido ao fato acima apresentado e ao zelo da atual gestão com a transparência nas suas ações, bem como ao rigor com o seu planejamento, a Cohab Minas não mais figurará como agente promotor na implementação do empreendimento no Município de Itambacuri. Em momento oportuno a Cohab realizará a devida devolução da documentação do empreendimento em tela”.

Eu quero dizer ao presidente da Cohab: o senhor não vai comunicar apenas aos prefeitos. Nós vamos convocar o senhor à Assembleia, porque isso aqui é um descaso, um acinte, um desrespeito a essas famílias. Eu estou trazendo 64 de Itambacuri, mas nós sabemos que isso está acontecendo pelo Estado inteiro, com essa desculpa de que se perdeu o prazo. Quem perdeu o prazo? Como esse prazo foi perdido? Isso aqui é um atestado de incompetência, um atestado assinado de que este governo não está nem aí para o que diz respeito a questões sociais, de que esse governo não se preocupa com os mais pobres. Quero dizer que este deputado sempre estará ao lado de quem estiver ao lado dos pobres. Brigarei para que o pobre neste estado tenha o seu direito garantido; e aqui está um direito garantido que nesse momento não foi honrado por uma autarquia que pertence a este governo, mais uma opção política equivocada, mais uma opção política contrária à justiça social e mais uma opção que lutaremos para que seja transformada, para que isso mude.

Fica aqui a minha fala, Sr. Presidente, mais uma vez dizendo da minha alegria de estar aqui entre os meus pares, de estar aqui entre amigos que fiz nesta legislatura e que têm esse sentimento que eu trago: o sentimento de promoção de políticas públicas voltadas para quem precisa, para quem merece. É para isto que existe a nossa atuação parlamentar, é para isto que existe esta Assembleia: para lutar ao lado daqueles que são menos favorecidos e que neste tempo, deputada Leninha, estão padecendo com um governo que precisa – repito – olhar para a parte social. Olhem para o governo aqui do lado, o do Espírito Santo, e para o que ele está fazendo em relação...

O presidente – Deputado, seu tempo já expirou.

O deputado Professor Cleiton – Obrigado, presidente. Desculpe-me por estourar o tempo. Aqui não chegou a campanha, mas, deputado Antonio Carlos Arantes, peço desculpas. É uma grande alegria vê-lo porque vê-lo traz aqui o alento de que quem está vivo neste tempo precisa agradecer a cada momento. Muito obrigado.

O presidente – Somos nós que agradecemos, e tenho certeza de que 76 senhores e senhoras parlamentares estão muito felizes de ver V. Exa. voltando à tribuna desta Casa. Parabéns. Que Deus o proteja e lhe dê muita saúde. Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Leninha.

A deputada Leninha – Boa tarde, presidente. É com alegria mesmo que nesta tarde a gente acolhe o deputado Cleiton com grande afeto e consideração. Ele fez muita falta e, de fato, falou bem porque já havia muito tempo que não usava o Plenário para colocar suas preocupações, enfim, suas propostas. Que em breve a gente também tenha de volta o Luiz Humberto, o Coronel Sandro, deputados que ainda estão em processo de recuperação – pelo menos, essa é a informação que a gente tem. Que a gente possa realmente se proteger e ser protegido neste momento.

Presidente e colegas, eu me inscrevi nesta tarde, primeiro, para dizer que hoje é o Dia Mundial da Saúde, e eu queria muito cumprimentar meus colegas parlamentares que são médicos, aqueles que estão na linha de frente e também os que estão na retaguarda neste dia; a gente também quer parabenizar de forma muito especial e fazer uma homenagem aos profissionais da saúde. O deputado Cleiton falou muito bem: todos os profissionais da saúde merecem não só o nosso reconhecimento público mas também a nossa

gratidão, porque mesmo em exaustão... Eles estão em exaustão, e todo mundo tem recebido relatos sobre a precarização de seu trabalho, a redução de salários, mas mesmo assim esses profissionais se mantêm de pé, aguerridos, buscando salvar vidas.

Mas, neste Dia Mundial da Saúde, eu também não poderia deixar de evidenciar publicamente a importância do nosso Sistema Único de Saúde, um sistema tão robusto, reconhecido no mundo inteiro e tão importante não só neste momento. Por isso a nossa luta de sempre é: viva o SUS! Viva o SUS e seus profissionais, que fazem esse sistema tão valente e potente como a gente está vendo agora.

Também não poderia deixar neste dia, presidente e colegas, de ressaltar a importância da ciência, dos pesquisadores. Nós estamos falando do reconhecimento de que, com um esforço planetário, essas pessoas permitiram que em tempo recorde fossem produzidas várias vacinas – não só uma, mas várias vacinas – para controlar um vírus que assolou o mundo. Então, parabéns aos profissionais, parabéns aos pesquisadores, parabéns a todos nós que acreditamos no SUS e o construímos, neste dia que é o Dia Mundial da Saúde. E a gente reforça aqui – não é, Professor Cleiton e demais? – o nosso pacto pela vida. Todas as vidas são importantes, mas as mais vulneráveis são aquelas que fomos eleitos – grande parte de nós – para proteger, para cuidar e acima de tudo, em um momento como este, acudir de diversas formas, o que a gente tem feito por onde passamos.

Eu gostaria também de trazer aqui duas indignações. Chegam a nós, assim como chegam para vários parlamentares, muitas denúncias – imaginem – de maldade, de crueldade, de perversidade do governo com o povo mais pobre e com os trabalhadores e trabalhadoras.

O que eu vou relatar aqui, com certeza, presidente e colegas, não está acontecendo só em Montes Claros. Provavelmente é uma deliberação do governo do Estado para todos os municípios que compõem o nosso estado de Minas Gerais. Eu recebi... Eu estou falando com muita indignação e também com muita preocupação. A gente tem visto acontecer e eu estou falando de Montes Claros, a partir das denúncias que nos chegaram nesta semana. Eu creio que os demais parlamentares da nossa bancada do Norte de Minas também devem ter recebido. Eu acho que essa é uma prática do Estado. A Polícia Militar vem realizando blitz com apreensão de veículos e motos. Nós estamos falando de carros e motos por identificação do não pagamento do IPVA do exercício 2020-2021.

Lembro-me de que esse assunto já foi pauta de nossos debates aqui. Neste período da pandemia, em que estamos há mais de um ano em crise econômica, a gente precisava tomar providências para o Estado rever as suas cobranças e os seus procedimentos, para não penalizar ainda mais as pessoas, mineiros e mineiras. Eu pergunto: Como manter em dia o pagamento dos tributos, como IPVA, se atravessamos a maior crise sanitária e econômica da nossa história? Como exigir que mantenham em dia os pagamentos se falta dinheiro para colocar comida na mesa? As pessoas estão descapitalizadas vivendo em lockdown há mais de um ano. As pessoas perderam seus empregos. Os trabalhadores da economia informal não conseguiram manter seus negócios. Preocupados com dinheiro para por comida na mesa, têm de ficar preocupados também com o pagamento de tributos como o IPVA, senão o seu veículo vai ser apreendido.

Por isso eu estou protocolando hoje também pedido de requerimento. Eu creio que a maioria de vocês vai concordar comigo para que, excepcionalmente, enquanto durar a pandemia e a necessidade de medidas de isolamento e distanciamento social, seja proibida a apreensão de veículos por identificação do não pagamento de IPVA e que também sejam apresentados outros prazos para pagamento dessas parcelas faltantes do imposto, sobre o IPVA. Com essa medida, presidente e colegas, eu espero que a gente possa evitar o endividamento dos proprietários de veículos, que já se encontram pesadamente penalizados pela pandemia e, de modo muito especial, para amparar os trabalhadores e as trabalhadoras informais, que inclusive utilizam os seus veículos para garantir o mínimo da sua sobrevivência. Eu estou falando de motorista de aplicativo, eu estou falando de entregadores de alimentos, que estão trabalhando em deliveries. Nós precisamos estar atentos e fortes. Sobretudo, presidente, governo, deputados da base do governo, precisamos estar sensíveis a este momento; sensíveis inclusive nas dores, nas aflições. Imaginem o pai de família que tem uma motocicleta, que está rodando de mototáxi e tem o seu veículo apreendido no meio desta crise em que nós estamos. Imaginem o cara

que está trabalhando de delivery com a sua moto e que não conseguiu pagar, desde o ano passado, o imposto e agora ela é apreendida. Eu estou dizendo de uma atitude perversa, danosa à população mineira. Por isso é importante que o governo se sensibilize para que a gente possa suspender esse tipo de apreensão; que essa blitz possa orientar, e não apreender, multar e penalizar as pessoas.

Eu penso que o governador Zema podia acolher o nosso pedido de providências e suspender imediatamente essas operações junto à Polícia Militar. As pessoas que estão aqui, que são da base de governo, podiam escutar o nosso apelo. Não é possível minha gente, não é possível penalizá-los ainda mais. Nós estamos, pelo menos nesta primeira fase da onda roxa aqui em Minas Gerais, de fato com decreto de lockdown em quase todos os municípios. Em Montes Claros, não foi diferente. Estamos com as atividades econômicas paralisadas, e as pessoas sem dinheiro. Agora, para complicar a vida das pessoas, ainda têm acontecido essas blitzes de apreensão de veículos e motocicletas na cidade.

Uma segunda coisa também nos chegou e nós já discutimos aqui muito. Parece que o que a gente discute aqui no parlamento, as nossas preocupações com a população não chegam até o governo ou o governo as ignora completamente. Chegou-nos hoje que a Cemig estava cortando energia de pontos comerciais no centro da cidade. Agora a Cemig não precisa chamar o dono do estabelecimento para se cortar energia. Ela vai lá no poste e corta a energia, da mesma forma que ela faz a ligação. Ela vai até o poste e corta a energia. Mas cortar energia de dono de estabelecimento de atividade alimentar, de pessoas que estão com os seus pequenos restaurantes e bares abertos no centro da cidade? Tiveram a energia cortada pela Cemig hoje. Imaginem, sem energia, vão perder todo o estoque. Além de comprometer o esforço, o esforço sobrenatural daquele pequeno comerciante de manter o estabelecimento aberto, que é um comércio de alimentação, ter a energia cortada significa comprometer o seu estoque, o estoque que ele tem guardado lá com muitas lutas e a duras penas. Se este governo não pensou até agora em nenhum tipo de fundo e fomento para apoiar os pequenos empreendimentos, para apoiar os pequenos negócios das cidades, não é agora que deveria vir dificultar a atividade econômica dessas pessoas, penalizando-as.

Estamos também com muita indignação. Que a Cemig e a Copasa possam, de fato, neste momento, orientadas pelo governo, por uma decisão do governo, suspender os cortes que estão realizando, principalmente nos empreendimentos comerciais do centro da cidade. Estou dizendo isso porque é algo que pode também estar acontecendo em vários outros locais deste estado. A gente já trouxe esse problema aqui, por mais de uma vez, mas infelizmente é como se estivéssemos falando ao vento. É como se todas as denúncias, as irregularidades e o nosso apelo não chegassem ao governador, que me parece muito insensível. O deputado Professor Cleiton tem toda razão nisso.

Essa questão social está muito fragilizada. Estou falando não só do povo que passa fome, mas também do povo que quer um apoio e um fomento para garantir os seus negócios, para manter os empregados e para manter sua atividade econômica, depois de um ano dessa crise que estamos vivendo. Quando a gente diz que vida e economia andam juntas, é com a perspectiva de que precisamos salvar vidas, mas também garantir fomento e recursos para salvar os pequenos negócios.

Para encerrar, presidente, mais uma vez, o nosso apelo em relação ao processo de vacinação, que, na nossa avaliação, continua bastante lento. Não sou médica, sou bióloga, mas sei que a variante do vírus cada vez fica mais potente e vai fazendo a leitura das vacinas que estamos utilizando. Se de fato demorar muito, essa vacina que chegar não terá mais nenhuma eficiência, nenhuma eficácia sobre o vírus. Então estamos falando de um processo, e, salvo engano, o deputado Carlos Pimenta falou sobre a possibilidade de chamar o secretário de Estado de Saúde, o novo secretário, porque mesmo acompanhando a CPI que é um processo simultâneo aos procedimentos de vacinação no Estado, mesmo criando a frente parlamentar da vacinação, creio que é urgente que o secretário de Saúde venha apresentar um cronograma de vacinação, bem como a estratégia de enfrentamento, neste momento tão importante. Não há como a gente ficar estendendo mais isso porque é algo fundamental, porém não será suficiente se não colocarmos no processo a celeridade da vacinação no Estado de Minas Gerais.

Então, mais uma vez, quero encerrar dizendo que juntos podemos enfrentar os desafios que temos pela frente, mas também que o governo Zema possa ser mais célere nos seus processos para que a gente não tenha que ficar aqui repetindo o que a gente falava há um ano, sobre a necessidade de Minas Gerais sair da situação em que está e de, inclusive, sair na frente e liderar o ranking como um Estado que, em breve, terá 100% de pessoas imunizadas contra a Covid. Uma boa tarde e um grande abraço.

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, boa tarde. Boa tarde, colegas parlamentares. Falarei sobre saúde e educação.

Questão de Ordem

A deputada Beatriz Cerqueira – Peço a V. Exa. que, no momento oportuno, possamos fazer 1 minuto de silêncio em homenagem aos 508 mineiros e mineiras que morreram nas últimas 24 horas, vítimas da Covid-19.

O presidente – Sim, deputada.

A deputada Beatriz Cerqueira – Fracassamos, a realidade é essa. Fracassamos como Minas Gerais e como País. O que estamos vivendo é um genocídio. Ontem os números no Brasil foram de 4.195 pessoas mortas pela Covid-19. Isso é um genocídio. Lugar nenhum do mundo acumula, depois de um ano de pandemia, tantas mortes por dia.

Neste momento há, em Minas Gerais, 2.900 ações no Judiciário buscando vagas, leitos de UTI e medicamentos. É um fracasso proposital. É um fracasso que começa pelo presidente da República, que disse que era uma gripezinha e que deliberadamente tomou medidas para que o vírus se propagasse, que não potencializou ou fortaleceu o Sistema Único de Saúde, e que ainda mente para a população dizendo de um tratamento preventivo que não existe, dando à população uma falsa ideia de proteção, e que também não usa máscaras. Ou melhor, o presidente passou a usá-la depois da entrevista do presidente Lula. Nós temos um presidente que provoca, por ação e omissão, um genocídio no País. Não é normal mais de 4 mil mortes diárias; não é natural 508 pessoas em Minas Gerais mortas com a Covid-19.

E aí eu venho para a incompetência em Minas Gerais do governo Zema, que criou um hospital de campanha que para nada serviu; que não fortalece os municípios no enfrentamento à pandemia; que teve a irresponsabilidade de também falar desse inexistente tratamento precoce para a Covid-19 e que me parece que está aguardando o tempo, o vírus ir embora sozinho, porque ele foi um incentivador do vírus – o governador Zema, não é? –, ao dizer que o vírus precisava viajar. O vírus viajou, viajou, continua viajando, matando o povo mineiro, e me parece que agora ele aguarda que o vírus, assim como viajou, pare de viajar. O momento é gravíssimo e precisávamos ter no Estado uma liderança que pudesse nos guiar no pior momento das nossas gerações. Não temos; estamos sem líderes no Estado e sem líderes no País.

E os profissionais de saúde, que há um ano nós estamos aplaudindo, aos quais estamos agradecendo e fazendo-lhes homenagem, estão adoecidos, exaustos, com síndrome de Burnout. Eles estão com doenças psíquicas, estão com cortes de salários. Como justificar que as pessoas que estão na linha de frente, que estão no dia a dia dos nossos hospitais públicos, tiveram, como já denunciou o Professor Cleiton, cortes de salário por um decreto existente do governo do Estado? Portanto, por não estarem presentes, por estarem afastados, muitas vezes em função de terem testado positivo, ou ficaram em casa preventivamente, tiveram cortes de salário. Então eu me somo aos parlamentares que já denunciaram, para que essa situação seja imediatamente revista. O Estado não valoriza os seus profissionais. A verdade é essa. Mas que pelo menos não lhes tire o salário, porque, neste um ano de pandemia, o nosso legado deveria ter sido o fortalecimento do SUS, a valorização das carreiras relacionadas à saúde, salários dignos, concurso público, situações estáveis para estes que estão morrendo por estarem na linha de frente, no enfrentamento à pandemia. O governo do Estado não teve competência para fazer nada disso; ao contrário, 2020 foi o ano em que menos investiu em saúde: 65% daquilo que deveria ter chegado, de fato, foi investido em saúde. Ele faz o contrário. Que pelo menos respeite o salário desses profissionais.

Então eu quero trazer a minha indignação e quero solicitar, reivindicar e, acho que posso exigir, que o governo respeite os profissionais de saúde, que nós não tenhamos que ter esses profissionais protestando por terem tido cortes nos salários. É uma vergonha, é de uma incompetência administrativa e de uma desumanidade que, de fato, ficará difícil explicar às próximas gerações

como os governos, além de provocarem esse genocídio, têm tratado os profissionais da saúde. Então quero deixar esse registro e o meu apoio a esses profissionais que têm sido alvo de incompetência e dessa desvalorização do governo do Estado, defendendo sua valorização, sua carreira, o concurso público. Era isto que nós deveríamos ter de legado da pandemia: um grupo de profissionais valorizados, porque eles têm sido essenciais para o enfrentamento da pandemia, apesar dos governos estadual e federal que nós temos.

A segunda questão que me trouxe ao Plenário nesta quarta-feira, presidente, é falar sobre a educação. A pandemia é um momento muito excepcional, que portanto deveria fazer com que os gestores públicos tivessem zelo ou não implementassem políticas que dependessem de um amplo debate nas comunidades escolares.

Não é possível aproveitar a pandemia para implementar propostas sem diálogo, sem que as comunidades possam se encontrar – eu digo “as comunidades escolares” –, sem que os profissionais possam amplamente debater a proposta, sem que o município possa promover um amplo diálogo com as comunidades escolares. Eu estou me referindo ao programa Mãos Dadas. A ideia é a municipalização das matrículas do ensino fundamental. Eu sei que já era intenção do governo repassar aos municípios as matrículas do ensino fundamental. Mais de uma vez ouvi do governo, inclusive a expressão de que Minas Gerais, Professor Cleiton, “estaria atrasada por ter tantas matrículas no ensino fundamental”, como se isso fosse um problema. Não é um problema. Mas, nos últimos dois anos, acompanhei exatamente a diminuição, a porta de entrada das escolas estaduais serem fechadas pela secretaria para matrícula nos anos iniciais. Agora a secretaria organizou isso com um projeto, um programa, que tem sido apresentado aos prefeitos, mas que as comunidades não têm acesso. Eu estou acompanhando em vários municípios a indignação, o desespero, a falta de informações; não sabem do futuro, não sabem o que de fato é o projeto. As comunidades estão alijadas da discussão. Nós estamos no pior momento da pandemia. Então, não é possível reunir comunidades para o debate. Elas estão sem o acesso às informações básicas, porque a única coisa que têm é uma apresentação de *PowerPoint* de um projeto que não diz tudo o que pretendem fazer; as comunidades das escolas estaduais não têm acesso aos diagnósticos relacionados ao projeto.

A gestão democrática, que é um princípio da Constituição Federal, um princípio da Constituição do Estado, não é respeitada. As relações não são democráticas. As diretoras de escola ficam sabendo por terceiros, por notícias de que a sua escola poderá, no próximo ano, perder as matrículas do ensino fundamental. É desrespeitoso com a diretora, é desrespeitoso com o coletivo da escola, com a comunidade escolar, que só ficará sabendo do conteúdo depois da adesão do município, que está em curso neste momento.

Então eu faço um apelo para que nós tenhamos um mínimo de escuta do povo. Quando um governo é eleito, ele não substitui o povo; quando um governador governa, ele não está imune a ouvir a população permanentemente. Eu sei que é muito difícil para este governo ouvir o contraditório, ouvir opiniões, ouvir, não é? Ouvir é muito difícil para o atual governo do Estado, mas ainda assim eu faço um apelo para que a dinâmica desse projeto, desse programa, na verdade, como tem sido feita, seja suspensa durante a pandemia. As pessoas têm o direito de ter acesso às informações antes de decidirem; as pessoas têm o direito de acesso aos diagnósticos que estão sendo apresentados para os municípios, e a secretaria não tem disponibilizado, mostrado o que de fato é esse programa. Se qualquer um pesquisar, não encontrará, além de uma apresentação de *PowerPoint*, o que de fato é esse programa.

Recebo pedidos o dia todo de denúncias, com desespero, e pedidos para que esse processo seja suspenso. Exatamente por isso, encaminhei ao governador e à secretária de Estado esta solicitação: que, diante de uma pandemia que impossibilita o diálogo, o debate, o encontro, esse processo seja suspenso, e que, depois de nós passarmos por este momento da pandemia, as comunidades possam debater e serem ouvidas sobre se querem ou não que o seu município e que as escolas estaduais abram mão das matrículas do ensino fundamental. Isso tem muitas consequências nos municípios. Os municípios precisariam, neste momento, ser empoderados para a universalização da educação infantil, ter escolas com sedes próprias, e não casas alugadas, adaptadas para se tornarem escolas, e nós precisamos ter nos municípios profissionais de ensino da educação infantil com carreira, com salário digno, valorizados,

concurados. Os municípios deveriam ser incentivados com investimento para que essa fase da educação básica seja universalizada com qualidade. Esse é o meu apelo.

Aproveito a oportunidade para socializar essa situação que atinge todo o Estado de Minas Gerais e fazer um apelo pelo diálogo, pela transparência, pela capacidade de escutar antes de tomar as decisões, porque a educação não comporta uma relação autoritária. Todo autoritarismo que passa pela educação fracassa, mais cedo ou mais tarde. Não importa a quantidade de propaganda, de marketing e de controle de opinião que se tem, toda ação autoritária, toda ação que não é construída ouvindo profissionais, ouvindo comunidade, ouvindo estudantes, ouvindo as nossas diretoras de escola, ouvindo o sindicato da categoria sempre fracassou. A história da educação pública em Minas Gerais já demonstrou isso. Então, deixo o meu registro, deixo o meu apelo.

Termino fazendo um apelo para que possamos adotar uma política em defesa da vida, porque estamos vivendo uma política da morte. Todos os dias recebo a notícia de que mais um profissional da educação morreu de Covid-19. Então é o nosso dever, como detentores de mandatos, fazer com que esses mandatos estejam a serviço da vida, porque é a vida que nós temos o dever de defender, e a vida com dignidade. O que faz sentido estar na política é a defesa da vida.

Termino dizendo que podemos professar a nossa fé em qualquer lugar, porque Deus está conosco em qualquer lugar, basta que tenhamos fé e que professemos a nossa fé. Então, a abertura de igrejas e templos é um debate de mercado, de comércio, ideológico, no enfrentamento à pandemia. Deixo o meu repúdio em relação a essa situação.

São essas as minhas considerações, presidente. Finalizo felicitando o Professor Cleiton. É um prazer; estou muito feliz, de coração, por vê-lo. Desejamos pronta recuperação aos nossos colegas parlamentares que enfrentam a Covid-19. Tenho fé de que eles superarão este momento e que estarão em breve conosco fazendo o debate necessário no Parlamento, que é o lugar da diversidade. Muito obrigada, presidente.

Homenagem Póstuma

O presidente – Muito Obrigado, deputada Beatriz Cerqueira. A presidência, atendendo à solicitação da deputada Beatriz Cerqueira e considerando os óbitos em razão da infecção pelo novo coronavírus no Estado, determina que seja feito 1 minuto de silêncio em homenagem póstuma às vítimas.

– Procede-se à homenagem póstuma.

O presidente – Muito obrigado a todos. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Zé Reis.

O deputado Zé Reis – Sr. Presidente, nobres colegas, é uma satisfação estar aqui com todos os que nos assistem. O meu muito boa-tarde.

Sr. Presidente, os dias atuais são dias difíceis, dias tristes, dias que, com toda essa travessia da pandemia, tem nos ensinado. São dias muito sombrios, muito duros. Nunca a sombra da morte esteve tão perto de nós, tão próxima de alguém que amamos, tão próxima de alguém que conhecemos. E a gente, que vem do interior, tem uma preocupação enorme.

Mas o que me traz aqui, Sr. Presidente, além do lamento e dessa crise internacional que nos assola, mesmo com o coração doendo pelo que nós estamos assistindo, é também muita alegria pelas ações que o Norte de Minas vem recebendo. O Norte de Minas vem sendo ouvido por esse governo, pelo nosso governador Romeu Zema.

Eu trago, a título de exemplo, que, duas semanas atrás, o Hospital Municipal de Januária começou a sofrer um impacto pela demanda exagerada do oxigênio, esse oxigênio que, no hospital municipal, é abastecido pela cidade de Montes Claros, que fica a 170km. Esse hospital passou a ter um consumo desse material acrescido em mais de 200%. O prefeito Maurício, juntamente com toda a equipe de saúde, está trabalhando e, para vocês terem ideia da gravidade da situação, não conseguiu abastecer, duas semanas atrás, em Montes Claros. Os caminhões vieram para Belo Horizonte e, chegando a Belo Horizonte, quando terminou todo o processo, não conseguiam voltar, em tempo hábil, para atendimento no hospital. Olhem que maluquice! Olhem que loucura diante dessa crise! E o

governo autorizou avião, juntamente com o Corpo de Bombeiros, autorizou a Polícia Militar a escoltar e a carregar os cilindros de oxigênio, porque é um hospital numa cidade de quase 200 anos e é abastecido com cilindros de oxigênio de 10m³, 50 litros. Os aviões conseguiram fazer o salvamento de várias vidas levando esse material.

Naquela ocasião, solicitamos a intervenção do governo junto à White Martins, que faz parte desse monopólio, praticamente ela domina o fornecimento de oxigênio. E o governo, da mesma forma, atuando. Pedimos a liberação, com urgência imediata... E aí o meu agradecimento, mais uma vez, ao Fábio Baccheretti, que, desde o Bira e toda a equipe da saúde, têm nos ouvido – mandou uma equipe in loco para averiguar o hospital, para ver os trâmites, os procedimentos, as rotinas a serem implantadas. Então, é uma equipe exímia, uma equipe que merece nossos parabéns. Ainda, recebi hoje a informação de que, logo mais – inclusive irei ligar para o prefeito assim que eu terminar de falar –, estarão na conta mais de R\$600.000,00, emergencialmente, para aquisição dos insumos e para o trabalho de modo geral.

Então, é uma satisfação imensa trazer isso no meio dessa preocupação. O Ministério Público, de modo geral, está atuando. O Dr. Jarbas Soares, como novo chefe do Ministério Público, está trazendo essa nova roupagem ao Ministério Público, que não vem só trazer notícia ruim, só a faca suja de sangue. Prova disso é que, juntamente com o Dr. Daniel Lessa Costa, que é promotor de justiça da CRDS-Norte, e com o Dr. Alessandro Rogério Dias de Oliveira, que é promotor de justiça de Januária, permitiu, obrigou, fez com que a White Martins passasse a atender o Município de Januária, enquanto, é claro, o Município de Januária, junto com as nossas emendas, fizesse a obrigação da parte dele, que é a construção, no caso, da usina de oxigênio. Nos próximos dias, com fé em Deus, teremos, de fato, livrado, saneado esse problema secular, cuja solução agora é tão necessária, já que tivemos a primeira onda, a segunda onda e estamos falando de terceira onda; estamos falando de mutação de vírus.

Enfim, o fato é que, no Dia Mundial da Saúde, eu tenho essa grata satisfação desse anúncio ao Norte de Minas. Nós, desta Casa presidida pelo combativo e dedicado presidente Agostinho, destinaremos, para o ano de 2021, mais de R\$30.000.000,00 de nossas emendas para atuação contra a Covid. Isso faz nos sentirmos úteis, faz nos sentirmos que o mandato está sendo devolvido a cada voto de esperança, no dia do jornalista, quando fazemos esse anúncio de forma salutar.

E não menos importante, Sr. Presidente, eu gostaria aqui também de trazer um anúncio que há poucas horas o governador Romeu Zema fez, que é o de abertura de uma linha de crédito de mais de R\$300.000.000,00 para os nossos municípios. Afinal de contas, o cidadão vive no município. A geração de emprego, aquele calçamento que está lá, onde aquela senhora que saiu do hospital, que se salvou da Covid mas está com comprometimento no pulmão fica tomando poeira, lama na cara; o BDMG vai propiciar, vai propiciar a pavimentação daquela rua, vai propiciar água encanada, vai propiciar aquele esgoto com mais de R\$300.000.000,00 pelo BDMG. Isso faz parte de um trabalho do nosso mandato, isso faz parte de um trabalho de um governo sério, de um governo dedicado, de um governo que escuta todas as regiões do nosso grande Estado de Minas Gerais, com 853 municípios.

Eu, como ex-prefeito, tenho essa característica municipalista de ouvir o cidadão lá na ponta, de ouvir o vereador, de ouvir o presidente da associação, de ouvir o presidente do bairro. São muito significativas essas ações; são muito importantes. É claro que muitos outros anúncios e muitas outras boas notícias estão a caminho, estão chegando por aí, mas, neste momento específico, já que os meus minutos estão limitados e vejo que já estão findando, eu gostaria aqui de trazer este meu agradecimento.

E, na oportunidade, vejo o nosso também sertanejo Arlen Santiago pedindo aparte.

Concedo, Sr. Presidente, aparte ao deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago (em aparte) – Deputado Zé Reis, todos os deputados e ouvintes, essa questão do oxigênio realmente é um caso de polícia. É um caso de polícia, porque veja o seguinte: hospitais que pagam R\$4,50 por 1m³ de oxigênio... E, com esse recurso que o governador Zema está mandando agora, fizeram uma nova licitação e entraram, na maior cara de pau, com o preço de R\$9,40, e nada acontece. Parece que não há Ministério Público, não há Polícia Federal, não há Cade, quer dizer, é arrochando os coitados dos hospitais, é acabando de quebrar essa saúde que vem sofrendo tanto, porque nós ficamos muitos anos com

um governo federal que não deu aumento de tabela, tanto que a consulta é R\$10,00. Agora, quanto ao oxigênio, estão querendo extorquir os hospitais, cobrando mais que o dobro do valor do fornecimento normal. Não é possível isso. Se não houver cadeia, não tem jeito. Muito obrigado.

O deputado Zé Reis – Maravilha, deputado Arlen. É uma ótima colocação. Realmente têm acontecido uns absurdos, algo fora de controle. Inclusive estive com o deputado Bartô mais cedo; ele, que é um defensor do Código de Defesa do Consumidor, falando justamente dessa preocupação de trazer à luz...

Nós inclusive temos um projeto aqui, nesta Casa, para a desoneração desses produtos, porque não dá para entender esse reajuste exorbitante. Uma caixa de luvas ou de uma simples máscara que a gente comprava antes da pandemia, uma caixa de luvas de um cirurgião-dentista, de um médico ou de um consultório que a gente comprava a R\$20,00, R\$30,00, hoje está a quase R\$200,00. É um absurdo do absurdo. E agora essa informação que você nos traz do oxigênio, oxigênio que é o básico do básico para a sobrevivência, que é algo que está aí à disposição, o oxigênio medicinal. Então não podemos tolerar um reajuste num momento de limitação de armazenamento. Um cilindro que se comprava a menos de R\$1.000,00, um cilindro para armazenar 10m³: recebi hoje a reclamação de vários prefeitos sobre a dificuldade de se comprar o mesmo cilindro a R\$3.000,00, a R\$4.000,00.

O prefeito Marcílio, lá de Arinos, me ligou mais ou menos à meia-noite me falando da sua preocupação com a contratação de profissionais da área da saúde, já que nós temos uma lei votada nesta Casa, sancionada na data de ontem, permitindo a contratação de mais profissionais, inclusive profissionais que hoje estão à margem, profissionais que atuaram no Mais Médicos e que até então não poderiam atuar.

E ele fala muito da divergência: ora o STF se posiciona de uma forma, ora o TCU fala outra coisa; e ele, prefeito, no meio; a população necessitando do serviço; e ele sem saber como é que faz, se contrata ou não contrata. Na primeira hora é a vida, na primeira hora é o cidadão, porque nós temos que preservar o cidadão, porque temos que salvar o cidadão para poder fortalecer o comércio, fortalecer o empresário para que esse empresário não perca esse profissional qualificado. Então, prefeito, acho que tem que encarar a realidade e fazer essas contratações.

Hoje ainda, às 6 horas da manhã, o prefeito Maurício me ligava perguntando como é que está a previsão das emendas. E, graças a Deus, as coisas estão acontecendo. Graças a Deus, o fruto do mandato nosso... São 77 deputados com a mão firme do nosso presidente Agostinho, que inclusive deixou o nosso pedido para que possamos colocar na pauta um projeto da minha autoria que cria um programa estadual de vacinação porque, com um programa estadual de vacinação, com a tendência do aumento dos imunizantes de forma geral, é necessário criarmos também uma linha de financiamento lá para os municípios, lá para as entidades que queiram fazer a aquisição financiada, subsidiada, para a aplicação. Sabemos que a vacina não vai parar apenas nessa primeira dose, apenas na segunda dose; sabemos das mutações; sabemos que a Covid veio para ficar, como a gripe, como o sarampo e sucessivamente. É algo que vai perdurar, serão anos e anos para fazer esse controle total. E, da mesma forma, quem paga o preço é o mais fraco, quem paga o preço é o pequeno empresário que está lá na ponta. E se dinamizarmos, se democratizarmos essa oferta da vacina dentro de um programa específico, com as nossas emendas lá para a cidade "x", onde temos a nossa base, podemos fazer uma indicação específica para essa aquisição.

É claro que já temos conquistas enormes. Um exemplo disso é uma matéria sempre levantada aqui, em nossa Casa, pelo Sargento Rodrigues: a vacinação das forças de segurança; é uma conquista do nosso governador Romeu Zema fazer essa vacinação – e é uma vacinação de suma importância. Logo em breve – noticiou-me a secretária de Educação, a secretária Julia – estaremos já numa segunda escala, paralela, além das idades, além da evolução dos grupos prioritários definidos pelo Plano Nacional de Imunizações, incluindo também os nossos profissionais da educação. Os nossos professores, os nossos guerreiros estarão e estão no batalhão de frente da transformação do saber, do conhecimento da nossa sociedade. E já faz praticamente um ano. Não sabemos se de fato há defasagem, mas o fato é que os impactos já estão aí, e essa imunização é de suma importância; é claro que dentro do nosso

plano estadual de imunização, já que nós somos um mega Estado, um Estado gigantesco, diferenciado, com relações com outros estados: do Estado de São Paulo ao Estado da Bahia; como no nosso caso, o Norte de Minas, que é meio baiano, meio goiano – mais baiano que mineiro muitas vezes, pelo sotaque. Então isso é de suma importância.

Com o nosso tempo já limitado, Sr. Presidente, só quero aqui trazer, mais uma vez, o meu agradecimento. E protocolarei logo mais o nosso voto de congratulação ao nosso combativo e dedicado procurador-geral de Justiça do Estado de Minas, nosso sertanejo Jarbas Soares Júnior; extensivo ao grande Daniel Lessa Costa, que fica em Montes Claros, nossa capital do Norte; e extensivo ao Dr. Alessandro Rogério Dias de Oliveira, promotor de Justiça; e, da mesma forma, ao nosso prefeito municipal lá de Januária, Maurício Almeida, com todos os nossos vereadores e com toda a equipe.

Quero aqui externar o meu agradecimento ao governador Romeu Zema por estar dedicando 24 horas, juntamente com todo o secretariado – é claro –, juntamente com toda a equipe. E nós, Parlamento, estamos aqui para dar o suporte necessário para que as coisas aconteçam e o Estado siga, ande passo à frente, passo ao futuro, mesmo com todas as dificuldades, lamentações e tristezas que a pandemia nos traz.

Muito obrigado, Sr. Presidente Antonio Carlos. Forte abraço a todos.

O deputado Virgílio Guimarães – Obrigado, presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, no dia 7 de abril não poderia iniciar meu pronunciamento se não fosse fazendo uma saudação ao Dia Mundial da Saúde. Pelo Dia Mundial da Saúde porque foi precisamente no dia 7 de abril que foi formalizada a constituição da Organização Mundial da Saúde. Essa organização, desde o final do século XIX já existia embrionariamente, desde ainda a Sociedade das Nações. Foi formalizada de uma maneira que é exatamente o que me traz aqui para fazer este pronunciamento. Um enfoque novo, não foi só uma entidade nova, mas um enfoque muito mais holístico, mais universal, mais completo do que a questão da saúde, que, segundo a Organização Mundial da Saúde, refere-se à saúde física, saúde mental e saúde social, e não só a cura da doença. A saúde não é apenas a cura da doença, é criar um ambiente saudável no seu conjunto para que se tenha a saúde física e a saúde mental, e isso é indissociável da saúde social. Portanto, essa visão faz com que todos nós, de alguma maneira, sejamos profissionais da saúde.

Os profissionais da saúde que estão atuando diretamente no combate à pandemia, às doenças, merecem, neste momento, uma saudação também muito especial, um agradecimento de todos nós, que representamos o povo mineiro neste momento; somando também as entidades que representam esses profissionais, que pedem melhores salários, melhores condições de trabalho, porque eles próprios, para garantir a nossa saúde, precisam ter a sua saúde física, mental e social. Portanto esse conjunto que a Organização Mundial de Saúde preconiza para toda a humanidade tem que ser aplicado de uma maneira muito carinhosa, muito especial e muito fiscalizada por nós também para os profissionais de ponta da saúde, uma vez que todos nós, de alguma maneira, deveríamos ser profissionais da saúde, até porque a saúde, de maneira integral, exige a questão da moradia adequada, com saneamento básico. Não é a saúde preventiva apenas; é o bem-estar da sociedade, um estado saudável, uma situação de sociedade saudável. Então, a busca das condições de saúde faz parte de todo o conjunto da preocupação de uma casa legislativa, de um governo, do Executivo, da sociedade. Essa é que é a visão nova, que é a visão importante, que foi consagrada pela criação da Organização Mundial de Saúde, que se encarrega também de fiscalizar, de orientar sobre a saúde todas as nações do planeta. Sobretudo sua importância se revela no momento de uma pandemia, de uma epidemia mundial.

Se o Brasil deve muito à existência do SUS, o mundo deve muito à existência da Organização Mundial de Saúde, que tem, neste momento de pandemia, como tema do Dia Mundial da Saúde de 2021: “Construindo um mundo mais justo, equitativo e saudável”. Veja bem, essa pandemia chama a atenção para a falta de equidade no mundo, o desequilíbrio entre as nações, entre as classes sociais. Faz parte, portanto, do lema da campanha da Organização Mundial de Saúde, para este ano de 2021, combater as desigualdades. Quanto a isso, o Brasil já tem um passo dado, que é a existência do Sistema Único de Saúde – SUS –, criado na Constituição de 1988. Tive a honra de fazer parte desse grupo de cidadãos que representaram a sociedade na criação do SUS. Esse

passo à frente, para se ter a totalidade de sua eficácia, precisa ter também uma sociedade saudável e, portanto, uma sociedade com equilíbrio, com justiça social, com condições de salubridade, em que se exigem, como eu disse, moradias adequadas, transporte com esterilizador para combater vírus de pandemia. Enfim, temos que cuidar das demais condições. Portanto, nós, aqui, somos construtores da saúde, para podermos, enquanto seres sociais, dela usufruir. Fica sempre aqui, portanto, a minha saudação aos profissionais de saúde e, de uma maneira muito especial, à Organização Mundial da Saúde, àqueles que estão colocando a sua vida em risco em função de todos nós.

Mas também quero trazer aqui uma reflexão maior, um alcance maior sobre o Dia Mundial da Saúde, que é um dia que traz esse elemento mundial, socialmente globalizado, que foi a visão avançada que nos trouxe a Organização Mundial de Saúde, fruto do pós-guerra, ampliada ainda na década de 1940, logo depois do fim da Segunda Guerra Mundial, dando continuidade ao trabalho de saúde que foi praticado em outros momentos difíceis de outras guerras, inclusive a guerra que se trava hoje contra o coronavírus.

Aproveito também, Sr. Presidente, além dessa saudação ao Dia Mundial da Saúde, à Organização Mundial de Saúde, aos profissionais de saúde do Brasil, de maneira muito particular, eu queria aproveitar também, uma vez que nós temos uma condição importantíssima, uma tarefa importantíssima, que é o que foi negociado pelo governo do Estado com o Ministério Público, com o Judiciário sobre o chamado acordo da Vale. Por que falar isso, aproveitando os minutos de um discurso que deveria ser inteiramente dedicado à saúde pública? Porque os prazos vão se exaurindo. Existem alguns prazos que estão postos nesse acordo e que vão se exaurindo. E a Assembleia Legislativa não teve participação direta na elaboração desse acordo porque lhe foi dada autonomia para exercer esse papel que foi a ela reservado, que é o papel de discutir esse acordo no seu conjunto.

Faço parte da Comissão de Participação Popular, à qual está reservado um papel importantíssimo nesse acordo firmado, pois toda a questão do acordo, segundo os termos do próprio acordo, tem que passar por esse crivo da Comissão de Participação Popular da Assembleia. Através dela e também de todas as outras, mas nós temos que ter as condições para fazer esse exercício. Portanto, sem querer afetar em nada os protocolos já estabelecidos, mas as comissões, mesmo sem ter o seu funcionamento, suas reuniões regulares na Casa, poderiam ter alguma condição para isso, porque o mundo não espera; os prazos não se interrompem, como eu estou chamando a atenção. Os prazos dados, por exemplo, para toda a distribuição de recursos da calha do Paraopeba já são agora, no início do próximo mês. E cabe essa discussão não apenas em relação ao projeto de lei que foi enviado – este, sim, é um projeto de lei de suplementação do orçamento. Não sei se é apenas suplementação, mas, enfim, é uma lei orçamentária, que passa pela Assembleia, onde tem que ser profundamente discutida. Refiro-me ao conjunto das ações e não só àquilo que é fruto da lei. Isso é constitucional. Qualquer lei orçamentária a Assembleia tem que votar, mas aquilo que não é e que foi fruto de um acordo do Executivo e do Judiciário... Esse acordo, do restante dos recursos que estão postos, inclusive aqueles que serão geridos pelo Ministério Público, e não pelo Executivo, mas também esses estão sob esse toldo, sob esse pálio, que é a participação popular. A nossa comissão é presidida pelo nobre deputado Marcos Lemos e tem também a participação da deputada Celise, do deputado Raul e do Professor Cleiton. Nós precisamos ter essa condição de cumprir aquilo que nos foi atribuído. Não basta criticar, dizer que a Assembleia não participou. A Assembleia participa no momento seguinte. Como? Ela tem uma comissão específica, que é a Comissão de Participação Popular, e lá se atribui... A Comissão do Orçamento vai discutir a parte orçamentária. É claro que a Assembleia toda e não apenas a Comissão de Orçamento. A Comissão de Participação Popular tem que ter condições de cumprir o seu papel, que é o de ver o conjunto das ações que estão não só na sua implementação mas também na sua definição. E apenas os quantitativos estão definidos. Quais serão essas ações? E aqui, como muito bem lembrado pelo orador que me antecedeu – o nobre deputado Zé Reis, que fez uma referência nominal ao presidente do Ministério Público, ao nosso companheiro lá das barrancas do São Francisco: o Jarbas Soares, nosso confrade, nosso amigo –, ele teria toda a condição de participar conosco, de debater, de ter essa colaboração com o Legislativo.

Portanto eu não estou entre aqueles que veem criticamente a não participação da Assembleia naquele momento. Eu vejo que foi atribuído um papel importantíssimo para a Assembleia, para o conjunto das ações. O conjunto das ações está lá: está escrito, todos assinaram. Não precisou de chamar a Assembleia. A Assembleia naturalmente é o órgão que tem que participar. Para isso, a própria Assembleia tem que ter o animus de participar, ter vontade de participar e de levar o ponto de vista, inicialmente através da Comissão de Participação Popular é verdade, mas todos têm que participar. Todos deverão, mesmo que isso não seja um ponto em específico da pauta legislativa que está cingido – digamos – nessa obrigação legiferante, que está ali no projeto que trata da questão orçamentária. Mas todo o restante passa também pelo crivo da Assembleia, através dessa importante comissão. Inclusive esse foi um dos fatores que me levou a fazer a opção por ela, por essa comissão. Nós temos que desempenhar... Agora do jeito que está – fizemos alguma troca de informações e enviamos à comissão – fica até um tanto difícil.

Então, é necessário que encontremos uma maneira de dar uma formalidade também para que tenhamos as diversas ações de participação popular, de distribuir responsabilidades, fazer as reuniões, trazer os relatórios para o conjunto da Assembleia participar ativamente também. É nesse sentido que faço um apelo aqui à Mesa diretora, de uma maneira muito especial; além da Mesa diretora, ao Colégio de Líderes; e, de uma maneira muito especial, ao nosso presidente, o nobre deputado Agostinho Patrus. Nesse sentido, fico aqui ao lado da saudação ao Dia Mundial da Saúde. Coloco também, o meu apelo, para que de uma maneira saudável, de um mundo saudável, justo e equitativo, conclamo ao planeta, à OMS que faça com que isso se estenda também à ação da participação popular, a participação da Assembleia na construção desse remédio, que nunca será suficiente para o desastre-crime que foi aquele hecatombe em Brumadinho. Tenho dito.

A deputada Ana Paula Siqueira – Presidente, eu vou aproveitar estes 2 minutos para fazer o destaque do Dia Mundial da Saúde. Os deputados e as deputadas que me antecederam trouxeram vários aspectos importantes para a nossa reflexão no dia de hoje. Eu quero dizer aqui da importância do fortalecimento da saúde pública no Brasil. Hoje, dia 7 de abril, é uma data triste para Minas Gerais, uma data que marca, infeliz e lamentavelmente, o recorde de óbitos: 508 vidas perdidas em 24 horas no Estado de Minas Gerais para a Covid-19. No Brasil, já se somam mais de 337 mil óbitos.

A gente precisa aproveitar esse dia de celebração do Dia Mundial da Saúde para dizer da importância do SUS e de como ele foi e é fundamental para evitar catástrofes ainda maiores do que as que já estamos vivendo aqui lamentavelmente com essa pandemia da Covid-19. O Sistema Único de Saúde é um sistema que traz como princípios básicos a universalidade, a integralidade e a equidade. E eu tenho a certeza, presidente, de que agora, depois de tudo que nós vivenciamos em mais de um ano de enfrentamento desta pandemia, com uma ação completamente irresponsável do governo federal, a nossa população sabe e reconhece a importância do SUS, porque, mesmo que nós estejamos aqui ainda lutando para que as vacinas cheguem rápido para todos e para todas, todas as vacinas estão sendo aplicadas através do Sistema Único de Saúde, o que mostra o quão importante é esse sistema para nosso país.

Eu queria fazer esse destaque nesses 2 minutos e ainda aproveitar para cumprimentar e saudar todos os profissionais da saúde, todas as categorias. A gente tem vivenciado e feito muitas homenagens, mas a verdadeira homenagem que a gente quer prestar aos profissionais de saúde é que eles possam ser profissionais reconhecidos pela nossa sociedade, pelos governos; que eles possam ter suas carreiras respeitadas, valorizadas e um piso salarial, que, inclusive, os enfermeiros, os técnicos e auxiliares de enfermagem lutam há anos para ter. Acho que, acrescida essa dificuldade vivenciada pela pandemia, fica mais claro e mais do que justo reconhecer esses profissionais através do reconhecimento das suas carreiras.

Quero destacar, presidente, que, em sua fala, o colega Virgílio Guimarães trouxe os aspectos que a gente considera importantes na saúde, como a habitação. E eu quero destacar aqui, deputado Virgílio, a importância da garantia do saneamento básico e do direito à água para todos e todas, elementos fundamentais para a garantia plena da saúde dos nossos brasileiros.

Para encerrar, vou destacar aqui que hoje também é a comemoração do Dia dos Jornalistas, profissionais fundamentais para a manutenção da democracia. Então, quero aqui destacar a importância desses profissionais e dizer que merecem todo o nosso

respeito. Eles também passam por momentos e situações constrangedoras, difíceis em um país em que se sinalizam ações antidemocráticas e se desprezita muito essa atuação profissional tão importante. Eu quero cumprimentar e saudar todos os jornalistas e todos os jornalistas nas pessoas da Irma de Moura, uma grande amiga jornalista, da minha assessora Tâmara e de todos os jornalistas aqui da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Por enquanto, presidente, aproveitei esses 2 minutos e volto na sequência.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

– A Comunicação da Presidência, informando ao Plenário sobre os requerimentos aprovados, nos termos do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa, publicados no *Diário do Legislativo* de 25/3/2021, foi publicada na edição anterior.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pelo deputado Cássio Soares, cujo teor foi publicado na edição anterior.

Votação de Requerimentos

O presidente – Requerimento nº 1.045/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o andamento das obras de duplicação da Rodovia MG-050, previstas no termo aditivo firmado entre a concessionária Nascente de Minas e o governo do Estado, especialmente sobre o trevo que dá acesso ao Município de Fortaleza de Minas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betão (PT) – Bosco (Avante) – Braulio Braz (PTB) – Charles Santos (Republicanos) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Noraldino Júnior (PSC) – Professor Cleiton (PSB) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 25 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 1.045/2019 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 1.855/2019, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o plano de investimento para garantia da continuidade e da universalidade dos serviços de fornecimento de água potável nos Municípios de Timóteo, Coronel Fabriciano e Ipatinga; e o plano de investimento para universalização do serviço de coleta e tratamento de esgoto sanitário nos referidos

municípios. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Bosco (Avante) – Braulio Braz (PTB) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Noraldino Júnior (PSC) – Professor Cleiton (PSB) – Rosângela Reis (Pode) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 27 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 1.855/2019 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 1.934/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais pedido de informações sobre o quantitativo atual de poços tubulares existentes e em operação no Estado, em especial nas regiões do Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Bosco (Avante) – Braulio Braz (PTB) – Charles Santos (Republicanos) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Cleiton (PSB) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT).

O presidente – Votaram “sim” 26 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 2.951/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais pedido de informações sobre o número de veículos registrados, por tipo (esclarecendo-se, especialmente, o número de motocicletas), e o número de carteiras nacionais de habilitação expedidas, por categoria, no Estado, a fim de se conhecer, de maneira precisa, eventuais disparidades existentes entre esses quantitativos para que se possa atuar para contribuir com a melhoria das condições de educação e segurança no trânsito no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Bosco (Avante) – Braulio Braz (PTB) – Charles Santos (Republicanos) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Cleiton (PSB) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 28 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 3.857/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre os critérios adotados para a classificação dos municípios com vistas à inclusão em programas de regularização fundiária de terras devolutas e de territórios coletivos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Cleiton (PSB) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT).

O presidente – Votaram “sim” 27 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 6.296/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante do Policiamento Rodoviário de Minas Gerais pedido de informações sobre o número de autos de infração realizados de julho de 2017 até julho de 2019 por esse órgão, bem como o número de apreensões de veículos e o número de acidentes de trânsito nas rodovias mineiras no período. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – João Vítor Xavier (Cidadania) – Leninha (PT) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Cleiton (PSB) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 29 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 6.296/2020 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 6.383/2020, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão e ao presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a fonte de recursos do orçamento do Ipsemg utilizada para pagamento de despesas judiciais classificadas nos encargos especiais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor

Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Cleiton (PSB) – Rosângela Reis (Pode) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 27 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 7.188/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão, ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao advogado-geral do Estado pedido de informações sobre o Ofício Circular Seplag/DCGFT nº 4/2020, que orienta os chefes de gabinete e titulares das unidades de recursos humanos a suspenderem a marcação de férias regulamentares do ano de 2021 dos profissionais contratados temporariamente com base na Lei nº 18.185, de 2009, em suposta afronta ao inciso XVII do art. 7º da Constituição Federal, bem como informações sobre a marcação de férias regulamentares após 1º/2/2021, data limite de vigência da referida lei. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Cleiton (PSB) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 28 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 7.261/2021, dos deputados Sávio Souza Cruz, Professor Cleiton e João Vítor Xavier, em que requerem seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre o cálculo do retorno do investimento feito desde que foi comprada a participação da Light até o dia em que foi vendida, especificando o fluxo de dinheiro em valores atualizados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Cleiton (PSB) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 28 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 7.269/2021, dos deputados Professor Cleiton, Sávio Souza Cruz e João Vítor Xavier, em que requerem seja encaminhado ao assessor especial da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre a divulgação feita por ele em uma rede social, em que diz que “Concluímos agora a liquidação da operação de descentralização integral

da Light!"; e sobre o total do retorno financeiro aos cofres da Cemig, computando-se o que foi efetivamente investido e o que foi recuperado com a saída do controle da Light, esclarecendo se as operações realizadas não geraram prejuízos aos cofres públicos ou se a expressão "liquidação" corresponde, ao que parece, à entrega de ativos a preços abaixo do mercado, com prejuízos aos cofres públicos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira (Rede) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Carlos Pimenta (PDT) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Cleiton (PSB) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

– Registra "não":

Guilherme da Cunha (Novo).

O presidente – Votaram "sim" 27 deputados. Votou "não" 1 deputado. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o substitutivo, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 7.269/2021 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 7.337/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre as medidas adotadas pelo Estado para regulamentação da Lei nº 13.964, de 2001, que dispõe sobre a concessão de incentivo ao município que implantar programa de aleitamento materno. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira (Rede) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Cleiton (PSB) – Roberto Andrade (Avante) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram "sim" 30 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Requerimento nº 7.371/2021, do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o andamento das obras do trecho de 6,4km da rodovia municipal denominada Contorno Cataguases, que interliga a MG-288 à BR-120. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram "sim":

Ana Paula Siqueira (Rede) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Charles Santos (Republicanos) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) –

Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Hely Tarquínio (PV) – Leninha (PT) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Professor Cleiton (PSB) – Roberto Andrade (Avante) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 29 deputados. Não houve voto contrário. Considerando as presenças registradas nesta reunião, está aprovado o requerimento, nos termos do art. 252 do Regimento Interno. Oficie-se.

Declarações de Voto

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado, presidente. Eu quero manifestar que votei favoravelmente a todos os requerimentos aprovados nesta tarde, mas quero me referir especialmente ao Requerimento nº 4.141, do deputado Bruno Engler. Manifesto encaminhamento de pedido de providências à Secretaria de Mobilidade Urbana quanto ao asfaltamento da estrada de Cambuí a Consolação. Faço muita questão de dizer isso, parabenizando o deputado, mas dizendo que é uma pauta para a qual há muitos anos estamos buscando uma solução. De várias reuniões já pudemos participar com o nosso secretário Marcato, com o Dr. Fabrício, de saudosa memória, com o prefeito Tales, que está liberando todo esse processo, tendo em vista a importância que essa estrada representa para a nossa região. Também quero manifestar, em decorrência das decisões que já foram tomadas pela Mesa diretora quanto à participação dos deputados para indicarem trechos que merecem por parte do governo asfaltamento, melhorias, que esse trecho já está contemplado também. Então é uma alegria muito grande. Nós estivemos com o secretário Marcato, já pudemos levar para ele essa demanda que há muito tempo toda a região está pedindo. Eu quero, em primeiro lugar, aproveitar o ensejo para parabenizar o secretário Fernando Marcato, que tem trabalhado muito, fazendo um esforço muito grande. Quero também louvar a iniciativa do nosso governador; quero também louvar a iniciativa do nosso presidente Agostinho Patrus e também parabenizar o nosso deputado e líder Valadares, como também o nosso líder Raul Belém, que hoje mesmo está comunicando a prioridade dos trechos que os deputados desejam indicar. Então quero, mais uma vez, manifestar que nós temos muito interesse, sim, no início das obras, na conclusão do projeto e conseqüentemente no início das obras que vêm aí de Consolação a Cambuí, passando pelo Córrego do Bom Jesus. Também, Sr. Presidente, eu quero manifestar neste momento, quando eu declaro o voto, a preocupação que estamos tendo aqui no nosso Sul de Minas. Estamos aqui desde a manhã buscando vagas, inclusive em hospitais. V. Exa. sabe do nosso compromisso, da nossa responsabilidade com a nossa região. Estamos desde as primeiras horas buscando vagas em todos os hospitais da nossa região, e não temos nenhuma vaga. Além de não ter vaga, Sr. Presidente, o que mais me preocupa são os remédios. Não temos remédios. Já fizemos um requerimento ao nosso secretário, fizemos um apelo a ele para que possa mandar pelo menos relaxante muscular para a entubação de nossos pacientes. Não conseguimos. Há quanto tempo estamos pedindo! Os hospitais de Extrema, de Pouso Alegre, de Três Corações, de Varginha... Acabei de falar com o hospital de Santa Rita do Sapucaí. Nós não temos remédios para acompanhar o paciente em sua internação. Então eu quero, neste momento, fazer esse apelo, fazer esse apelo mesmo, para que o secretário possa nos dar uma atenção. Sabemos a importância do nosso superintendente, que está aqui, o nosso Regis. Acabei de falar com ele. Não temos onde buscar remédio, não temos nenhuma informação. Há pessoas praticamente se cotizando para comprar remédio, quando encontram remédio. Acabamos de fazer uma ligação para Itapira, para a clínica Cristália, como em Pouso Alegre, para ver se temos possibilidade de conseguir medicamentos para as pessoas continuarem os seus tratamentos. É realmente lamentável. Quero manifestar com essa emenda que iremos fazer coletivamente. Faço muita questão também de participar com todos e que, pelo menos, esse recurso possa chegar, o mais rápido possível, à mão dos hospitais. Tenho certeza de que o próprio secretário Agostinho Patrus tem lidado com muita atenção, com muita particularidade, este importante momento de repasse desses recursos aos nossos hospitais. Então, quero trazer aqui a V. Exa. essa nossa preocupação; a preocupação em relação aos nossos hospitais e ao meu, da minha cidade de Ouro Fino. Os médicos daqui estão batalhando, o corpo clínico, os enfermeiros. Não encontramos nenhuma possibilidade de vagas. Então, V. Exa., que é da nossa região, pode ter certeza de que a situação é dramática em todos os hospitais. O senhor considere aí

Poços de Caldas, através do nosso Mosconi, que tem feito um trabalho excepcional, com a sua dedicação, com o seu conhecimento, como também Machado, que é a referência que temos. Enfim, a situação, Sr. Presidente, está muito preocupante. Externo isso, com muita tristeza, com muita tristeza mesmo. Estou aqui praticamente no meu escritório, batalhando. Ao meu lado aqui está o Zé Alex, que me acompanha; o nosso querido ex-vereador Jacaré, que está aqui também nos ajudando a buscar soluções de internamento, de remédio, em vários hospitais. Então, aqui, fica a minha preocupação, que é muito grande. Não é indignação, mas é o meu apelo, para que o nosso secretário... Hoje mandei várias mensagens para a secretaria, para que ele possa, pelo menos, nos ajudar, neste momento difícil por que estamos passando, perdendo vidas – e vidas preciosas, vidas realmente sagradas de famílias. Então, fico aqui, Sr. Presidente. Tenho certeza de que vamos buscar uma atenção especial do nosso secretário, do nosso governador, e conseqüentemente diminuir a dor de todos que estão sentindo a falta da medicação e a melhoria das nossas vidas. Muito obrigado, Sr. Presidente. Deixo o meu respeito a V. Exa. Tenha certeza de que estamos juntos. Muito obrigado a todos.

O deputado Arlen Santiago – Caro presidente Arantes, parabéns pela paciência de estar conduzindo os trabalhos neste momento. A gente fica vendo a quantidade de trabalho que está sendo feito ao mesmo tempo. O nosso presidente Agostinho Patrus evidenciou a questão dessas novas emendas e teve o bom senso de conversar com o governador Zema para colocar que 75% dessas emendas dos deputados estaduais possam ir para a Secretaria de Estado de Saúde, e isso é muito bom. São R\$33.000.000,00 a mais para serem injetados agora nessa luta. Eu mandei uma correspondência para o Agostinho Patrus e também para o líder do meu bloco, o deputado Cássio, sugerindo... Os municípios têm recebido os recursos do governo Bolsonaro, mas a situação dos hospitais, cada dia, piora mais. Então esse recurso ficou definido, são R\$33.000.000,00, e os deputados vão lançar essas emendas onde eles acham que a situação está mais complicada nos hospitais que estão enfrentando isso aí, vendo o preço dos insumos duplicar, triplicar, e faltam medicamentos. É uma situação muito complicada. Agora também o comitê definiu que a região do Triângulo já está indo para a onda vermelha e que a região Norte, a região de Montes Claros, se não piorar ou até se melhorar um pouco, provavelmente a partir do dia 12, segunda-feira, sairá da onda roxa e entrará na onda vermelha. Essa é uma situação muito importante, porque, apesar de os negacionistas acharem que tem jeito, que os governos têm dinheiro para mandar para município pagar folha de pagamento... Realmente acabam não tendo, porque, quando os comerciantes, os cabeleireiros, as manicures... O prefeito de Pirapora mesmo estava preocupadíssimo. Eu estou numa live aqui ao lado com quase 50 pessoas da cidade de Claro dos Poções preocupadíssimas com o povo, para fazerem exercícios físicos. Então, academias, igrejas, que foram até liberadas com bom senso... Podem voltar esses profissionais da beleza, por exemplo, cabeleireiros e manicures, a ganhar o seu dinheiro. Como esse pessoal, se ficar dois meses, três meses sem trabalhar, vai pagar o aluguel? Como é que vai pagar o IPTU? Nós estamos vendo uma situação de quase falência, e agora essa boa notícia. Esperamos que a curva decresça e que consigamos os medicamentos com preços justos, que os hospitais os consigam. Sobre o oxigênio, a White Martins tem um contrato com o hospital, por exemplo, de R\$4,50 por metro cúbico. Com esse dinheiro agora que o Zema está mandando para os hospitais para as questões de oxigênio, o que acontece? Eu sei de hospitais que estão fazendo licitação, e a White Martins está querendo o dobro pelo mesmo produto. Ora, se ela não tiver o produto, é uma coisa. Agora, aproveitar que o povo está lá precisando respirar, precisando do oxigênio, para duplicar o preço, que já subiu muito, é um absurdo. É preciso realmente que o Ministério Público entre nisso aí. Vamos prender um bocado desse povo que está fazendo isso. Uma máscara dessa aqui... (– Mostra a máscara...)... a 3M, que é uma boa máscara, começou sendo vendida a R\$15,00. Hoje, no Mercado Livre, a mais barata custa R\$45,00. Uma luva... Então, realmente virou um absurdo, é terrível essa questão. O prefeito de Pirapora; o prefeito de Brasília de Minas – o Alex, de Pirapora; o Marcus Vinícius, de Brasília de Minas –; o prefeito de Claro dos Poções; a prefeita Selma, de São João do Paraíso; o prefeito de Cachoeira de Pajeú, todos realmente muito preocupados, porque, se ficar essa situação de que ninguém vai trabalhar e de que todo mundo vai conseguir continuar vivendo, não terá jeito. Como o agricultor familiar, por exemplo, fará se ele não vender a alface que ele produziu naquela semana? Como é que ele fará? Então, a gente fica satisfeito de ver que o Norte de Minas vai para a onda vermelha, provavelmente na segunda-feira, desde que as condições não piorem. E como é que elas podem piorar? Se os irresponsáveis que querem ir para os botecos, que querem se reunir, que querem

fazer churrasco com 10, 20, 30 pessoas não tiverem um pouquinho de consciência de que vão levar à morte, às vezes, os seus pais ou os seus avós e fizerem esse tipo de coisa. Não fazendo isso, nós já vamos conseguir baixar para a onda vermelha. A vacinação está chegando – em algumas cidades, até numa quantidade maior. Por exemplo, lá em São João da Ponte, o prefeito Danilo, o ex-prefeito Fábio e o Márcio Antônio me falaram que foram 3 mil doses a mais porque eles têm uma população quilombola, então os quilombolas entraram na preferência. Parece que não havia os 3 mil quilombolas para usar a vacina, usaram 2.000, 2.200 doses, e, como foram mais 800, a vacinação já está baixando para as pessoas de quase 60 anos. Então vamos pegar essa vacina, distribuí-la e pedir à Secretaria de Saúde que realmente – sem feriado agora –, se houver vacina em caixa, dê um jeito de vacinar o pessoal o máximo possível. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado. Votamos hoje aí requerimentos com informações extremamente importantes para a população de Minas Gerais. E o governador Zema lança hoje o programa de empréstimo a juros subsidiado pelo BDMG para que as prefeituras possam fazer obras e, com isso, gerar renda, gerar emprego, gerar melhor qualidade de vida para a população. Um grande abraço para todos.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 8, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.



REQUERIMENTOS APROVADOS

REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 1.857/2019*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, atendendo a requerimento dos deputados Bartô e Celinho Sintrocel aprovado na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 26/6/2019, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de informações sobre a receita total mensal, a qualquer título, auferida pela concessionária dos serviços de saneamento de janeiro de 2008 a maio de 2019, nos Municípios de Timóteo, Coronel Fabriciano e Ipatinga, e sobre a despesa total mensal com custeio operacional e investimento realizada pela concessionária dos serviços de saneamento em cada um dos municípios citados.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte de 7/6/2019, realizada em Timóteo, que teve por finalidade debater o fornecimento de água pela Copasa-MG na Região Metropolitana do Vale do Aço-RMVA.

– *Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 8/4/2021.

REQUERIMENTO Nº 2.613/2019*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Zé Reis aprovado em sua 20ª Reunião Ordinária, realizada em 27/8/2019, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-geral do

Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o custo de manutenção da Rodovia LMG-603 e o valor previsto para o ano de 2020 destinado à manutenção do trecho dessa rodovia entre que liga os Municípios de Cônego Marinho e Miravânia, com destaque para o trecho de aproximadamente 11 quilômetros que está sem pavimentação, bem como sobre a rodovia que liga Miravânia, via Distrito de Nhandutiba, à sede do Município de Manga, no entroncamento com a Rodovia BR-135.

– *Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 8/4/2021.

REQUERIMENTO Nº 3.990/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 16/2019, apresentada por Adimilson Alcantara Gonçalves, da Prefeitura Municipal de Araçuaí, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de informações sobre o status das obras ligadas aos sistemas de coleta e tratamento de esgotos previstas no planejamento estratégico da empresa nos municípios do entorno do Lago de Fumas, sob sua concessão.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 4.008/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 9/2019, apresentada por Adriana Santos Nascimento Pereira, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Polo Norte de Minas, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG – pedido de informações sobre as formas de apoio prestadas ou passíveis de prestação ao projeto de implantação de hortas comunitárias e ocupação sustentável de lotes vagos em Varginha, desenvolvido pela estudante Luziany Maria de Oliveira em parceria com a Prefeitura Municipal.

Sala das Reuniões, 21 de novembro de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº 6.302/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e do deputado Delegado Heli Grilo, Gustavo Santana e João Leite aprovado na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 22/9/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações sobre o deficit atual da totalidade dos servidores da PCMG, discriminando-se o percentual de cada categoria.

Por oportuno, informa que a 12ª Reunião Extraordinária teve por finalidade debater o deficit de efetivo nas instituições que compõem a Segurança Pública do Estado, tendo em vista, especialmente, os dados apresentados no último ciclo do Assembleia Fiscaliza.

Sala das Reuniões, 22 de setembro de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 7.190/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 30ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/12/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre os contratos de cogestão celebrados com a finalidade de implantação da Política Estadual de Execução da Medida Socioeducativa de Semiliberdade no Centro Socioeducativo de Passos e nas casas de semiliberdades localizadas em Belo Horizonte (Santa Amélia, São João Batista, Planalto e São Luís), em especial quanto à economia que será gerada ao Estado.

Sala das Reuniões, 15 de dezembro de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 7.195/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada e da deputada Ana Paula Siqueira aprovado na 26ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/12/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a destinação que será dada ao prédio da Escola Estadual Professora Amélia de Castro Monteiro após sua transferência para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese.

Por oportuno, informa que a 26ª Reunião Extraordinária teve por finalidade realizar audiência pública e aprovar proposições da comissão.

Sala das Reuniões, 16 de dezembro de 2020.

Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.357/2021*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 46, III, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o transporte coletivo intermunicipal rodoviário do Estado nos últimos 10 anos, em especial sobre a evolução do número de linhas, veículos, passageiros transportados, bilhetes de passagem emitidos, arrecadação de ICMS e localidades atendidas. Solicita ainda informações sobre a evolução do marco legal relativo a essa modalidade de transporte no referido período.

– *Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 8/4/2021.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 7/4/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

torando sem efeito o ato, publicado na edição de 31/3/2021, que nomeou Geraldo da Silva Macêdo, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Douglas Melo.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 66/2020****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 166/2020**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, em virtude de alterações no edital, a sessão pública virtual do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em sistemas de segurança e monitoramento eletrônico para locação de circuito fechado de televisão (equipamentos e *softwares*) com tecnologia IP (Internet Protocol), fica adiada para as 10 horas do dia 22/4/2021.

Belo Horizonte, 8 de abril de 2021.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 2/2021****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 6/2021**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 23/4/2021, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para locação de sistema de controle de acesso biométrico e registro de frequência com tecnologia IP (*Internet Protocol*), incluindo projeto, instalação, treinamento, manutenção, gerenciamento e suporte técnico, visando à efetiva cobertura das áreas que integram o escopo desta contratação.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 8 de abril de 2021.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**ERRATAS****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 6/4/2021, na pág. 34, onde se lê:

“Ronaldo Ferreira de Moraes”, leia-se:

“Ronaldo Ferreira de Moraes”.

E, na edição de 7/4/2021, na pág. 14, onde se lê:

“Rita de Cássia Pires de Miranda”, leia-se:

“Rita de Cássia Pires Miranda”.

COMUNICAÇÕES

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 8/4/2021, na pág. 35, acrescente-se a seguinte comunicação:

Do deputado Celinho Sintrocel em que notifica o encaminhamento de ofício à Secretaria de Estado de Saúde em que solicita sejam os municípios mineiros orientados a colocar em seus cronogramas de vacinação os parkinsonianos como prioritários. (— Ciente. Publique-se.)